

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Este Grupo Parlamentar vem novamente pedir os devidos esclarecimentos ao Governo relativamente ao modo como a Administração da TAP tem vindo a recorrer ao trabalho suplementar como mecanismo de compensação pela falta de trabalhadores, consequência da vaga de despedimentos em curso no âmbito do processo de reestruturação da empresa.

Segundo Paulo Manso, presidente do Sindicato dos Técnicos de Manutenção de Aeronaves (SITEMA), ouvido no Jornal Público, “esta é a segunda violação” do acordo de empresa (AE) por parte da administração da TAP, uma vez que, e cito, “o espírito do acordo prevê que só em casos pontuais, ou seja, casos de emergência inerentes a uma actividade não programada, a TAP poderá recorrer a horas extraordinárias”. Desta forma, fica por esclarecer quais os motivos que têm levado a Administração da TAP a propor horas extras, pagas a dobrar, aos trabalhadores de manutenção de aeronaves, enquanto decorre um despedimento coletivo de 78 trabalhadores, 6 dos quais associados do SITEMA.

Assim, para este Grupo Parlamentar, o Governo deve procurar intervir na TAP e repor a normalidade laboral e operacional da companhia, investir nos trabalhadores e impor o cumprimento do plano estratégico através da sua nacionalização.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério das Infraestruturas e da Habitação, as seguintes perguntas:

1. Tem o Governo conhecimento desta situação?
2. Tendo em conta o despedimento coletivo em curso de 78 trabalhadores da TAP, como explica o Governo o recurso sistemático a trabalho suplementar, em particular dos trabalhadores de manutenção de aeronaves, por parte da Administração da TAP?
3. Está o Governo disponível para exigir, junto da Administração da TAP, a reposição da normalidade laboral e operacional da empresa com vista ao cumprimento do Acordo de Empresa?

Palácio de São Bento, 11 de outubro de 2021

Deputado(a)s

ISABEL PIRES(BE)